

POLÍTICA DE SUPRIMENTOS

1





SUMÁRIO

1-	INTRODUÇÃO	3
2-	OBJETIV0	3
3-	JUSTIFICATIVA	3
4-	ABRANGÊNCIA	4
5-	CADASTRO DE FORNECEDORES	4
6-	QUALIFICAÇÃO DE FORNECEDORES	4
7-	TRANSPORTE DE MERCADORIAS	5
8-	FOLLOW-UP	6
9-	PROCESSO DE COMPRAS- INTERFACE	6
10-	CONDUTA E ÉTICA NAS RELAÇÕES COMERCIAIS	7
11-	RECEBIMENTO DE MERCADORIA	7
12-	ENTRADA DE MERCADORIA COM NOTA FISCAL NO SISTEMA ERP	9
13-	ARMAZENAMENTO DE NOTAS FISCAIS	9
14-	ARMAZENAMENTO DE MERCADORIAS	10
15-	LOGÍSTICA INTERNA	11
15.1-	- Distribuição entre estoques	11
15.2	- Dispensação a Paciente	11
16-	GESTÃO DE ESTOQUE	11
17-	CADASTRO DE PRODUTO	12
18-	INVENTÁRIO	13
19-	INDICADORES	
20-	CANAL DE COMUNICAÇÃO	13
21-	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	14



1- INTRODUÇÃO

A presente política tem como finalidade estabelecer diretrizes e procedimentos para padronizar e otimizar os processos relacionados à aquisição, recebimento, armazenamento, transporte, controle e dispensação de materiais e medicamentos, assegurando o uso racional dos recursos públicos e a conformidade com a legislação vigente.

2- OBJETIVO

Este documento estabelece normas, critérios e responsabilidades com o objetivo de garantir eficiência, segurança e legalidade na aquisição, recebimento, armazenagem e distribuição de materiais e medicamentos. Visa assegurar a integridade nas relações com fornecedores, promover o controle de estoque, minimizar riscos de desabastecimento, desperdícios, e garantir rastreabilidade e transparência em todas as etapas logísticas.

Um processo de suprimentos bem estruturado contribui para a redução de custos, fortalece parcerias com fornecedores e alinha nossas ações aos valores organizacionais.

3- JUSTIFICATIVA

A Política de Suprimentos é necessária para padronizar os processos logísticos e administrativos garantindo responsabilidade, controle e qualidade no serviço prestado. Dada a atuação do Instituto Diretrizes, inclusive com o setor público, é essencial assegurar o uso correto dos recursos e o cumprimento das exigências legais. Diretrizes claras sobre fornecedores, ética, sistemas integrados e controle logístico são fundamentais para a eficiência e conformidade da organização.

3





4- ABRANGÊNCIA

Esta política se aplica a todas as áreas e colaboradores envolvidos, direta ou indiretamente, nas etapas da cadeia de suprimentos da Instituição, incluindo aquisição, logística, armazenamento e relacionamento com fornecedores.

5- CADASTRO DE FORNECEDORES

Empresas interessadas podem participar do processo de cadastramento para fornecer à Instituição, conforme as diretrizes da Política de Fornecedores. O cadastro não garante compras ou contratações, sendo necessário passar por avaliação e qualificação prévia, considerando documentação, histórico, capacidade técnica, regularidade fiscal e requisitos legais.

6- QUALIFICAÇÃO DE FORNECEDORES

Será mantido um cadastro atualizado de fornecedores no sistema (ERP), com revisões periódicas. A qualificação será realizada conforme a classificação do fornecedor, sendo mais rigorosa para aqueles considerados críticos, com foco na análise de riscos, histórico de conformidade e desempenho. Fornecedores que apresentarem condutas antiéticas, atrasos recorrentes ou fornecimento de produtos fora de especificação poderão ser descredenciados.

Esse processo de qualificação deve estar alinhado à RDC nº 653/2022, que define diretrizes para garantir a qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos em toda a cadeia logística, desde a produção até o consumo. Por isso, é essencial assegurar que os fornecedores atendam aos requisitos regulatórios relacionados ao armazenamento, transporte e rastreabilidade dos produtos.

Além disso, para manter um bom relacionamento comercial, os fornecedores devem ter pleno conhecimento das legislações aplicáveis ao seu



setor e garantir o cumprimento dessas normas. Devem também manter a documentação regulatória sempre atualizada e disponibilizá-la sempre que solicitado.

7- TRANSPORTE DE MERCADORIAS

O transporte de materiais e medicamentos será realizado exclusivamente por empresas credenciadas e devidamente autorizadas, seguindo rigorosamente as normas sanitárias e de segurança vigentes.

Em especial, deverá ser observado o cumprimento da RDC nº 653/2022 da Anvisa, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos. Essa norma estabelece diretrizes específicas para assegurar a qualidade, segurança e eficácia dos produtos farmacêuticos durante todas as etapas da cadeia logística, com especial atenção ao controle de temperatura, umidade e à prevenção de exposição a condições ambientais inadequadas que possam comprometer a estabilidade dos medicamentos.

Faixas de temperatura para transporte de medicamentos:

- Medicamentos termolábeis: devem ser mantidos entre 2°C e 8°C.
- Demais medicamentos: devem ser transportados em temperatura controlada entre 15°C e 25°C, evitando exposições que ultrapassem esse limite, mesmo que por curtos períodos, para preservar a qualidade do produto.

O não cumprimento dessas exigências poderá acarretar riscos à eficácia dos medicamentos, além de punições regulatórias.

5





8- FOLLOW-UP

O setor de Suprimentos será responsável por realizar o follow-up contínuo de todas as etapas do processo de aquisição, desde a solicitação até a entrega final da mercadoria e/ou serviço. Esse acompanhamento tem como objetivo:

- Garantir o cumprimento dos prazos de entrega acordados com os fornecedores;
- Monitorar atrasos, pendências ou desvios em tempo hábil para ação corretiva;
- Confirmar o recebimento dos produtos conforme as especificações técnicas e condições contratuais;
- Verificar a resolução de não conformidades, quando identificadas;
- Manter comunicação ativa com fornecedores para alinhamento de expectativas e prazos;
- Documentar todo o histórico de contatos, ocorrências e ações corretivas no sistema (ERP ou outro meio utilizado);
- Rastreabilidade da logística externa;

As atividades de follow-up deverão ser registradas de forma estruturada via sistema, e integradas ao processo de avaliação de desempenho dos fornecedores, contribuindo para a tomada de decisão e melhoria contínua.

9- PROCESSO DE COMPRAS-INTERFACE

O processo de compras visa garantir a rastreabilidade e a validação de todas as suas etapas, assegurando que as aquisições estejam alinhadas com a

6





segurança e eficiência no uso de recursos, autorizadas pela diretoria, seguindo as diretrizes da **Política de Compras**.

As negociações devem observar os princípios de integridade, imparcialidade, legalidade e transparência, promovendo práticas éticas e responsáveis em todas as fases do processo de aquisição. Além disso, o tempo médio de fechamento do processo de compras é de três dias uteis, sendo possível realizar compras de urgência com o prazo de fechamento de até 24h.

10- CONDUTA E ÉTICA NAS RELAÇÕES COMERCIAIS

É vedado o recebimento de qualquer tipo de benefício, vantagem pessoal ou favorecimento por parte de colaboradores envolvidos nas aquisições, seja direta ou indiretamente.

Conflitos de interesse devem ser prontamente declarados e resolvidos, a fim de preservar a imparcialidade nas decisões e a confiança nas relações comerciais.

O recebimento de doações (materiais, medicamentos ou quaisquer bens) somente será permitido mediante autorização prévia do Departamento de Suprimentos- Corporativo, garantindo controle, rastreabilidade e conformidade com os critérios institucionais e regulatórios.

11- RECEBIMENTO DE MERCADORIA

Todos os produtos recebidos e serviços executados devem ser lançados no sistema ERP. Caso haja qualquer não conformidade, o setor responsável deve comunicar ao departamento de Suprimentos- Corporativo, que avaliará a necessidade de devolução total ou parcial do pedido de compra.

7





O checklist de recebimento considera os seguintes critérios:

- Entrega no veículo adequado, em boas condições e com a documentação atualizada;
- Produtos transportados de forma adequada (recomenda-se o uso de paletes);
- Produtos em conformidade com o Pedido de Compra (quantidade, lote, validade, especificações e preços);
- Produtos com embalagem íntegra, sem violação ou sinais de contaminação;
- Avaliar a temperatura de conservação dos produtos;
- Itens sem informações ilegíveis ou rasuradas;
- É de responsabilidade do fornecedor garantir a qualidade dos produtos fornecidos, seja diretamente ou por meio de distribuidores, assegurando o cumprimento dos requisitos técnicos e legais;

Tendo em vista, os critérios acima para o recebimento de mercadoria, abaixo segue os critérios para devolução de mercadoria caso necessário:

- Produto em desacordo com o pedido;
- Produto com erro de nota fiscal, ausência ou divergência entre nota fiscal e produto entregue;
- Produto fora do prazo de validade;
- Produto danificado ou avariado;
- Produto com irregularidade sanitária;
- Entrega fora do prazo acordado;

Observações Importantes:

- Toda devolução deve ser justificada e registrada formalmente via sistema;
- Produtos a serem devolvidos devem ser armazenados em área isolada e identificados claramente até sua retirada;

8





O processo deve envolver o setor de Suprimentos e Farmácia;

12- ENTRADA DE MERCADORIA COM NOTA FISCAL NO SISTEMA ERP

A entrada de nota fiscal deve seguir as orientações de acordo com o pedido de compra. A entrada de mercadorias no estoque será formalizada no ERP após a conferência física e documental.

Em caso de necessidade de reabertura da Nota Fiscal no sistema, é necessário a autorização do departamento de Suprimentos- Corporativo.

Caso o hospital receba uma nota fiscal cujo faturamento esteja em conformidade com o pedido de compra, mas a quantidade física da mercadoria entregue apresente divergência, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- **Recusa Imediata:** A entrega deverá ser recusada imediatamente pelo setor responsável pelo recebimento.
- Recusa Total: Caso haja resistência, por parte da transportadora ou do fornecedor, em aceitar a devolução parcial da mercadoria ou em emitir a nota fiscal de devolução no tempo estabelecido de até 2 horas, será permitido ao hospital recusar integralmente o recebimento da carga.

13- ARMAZENAMENTO DE NOTAS FISCAIS

As notas fiscais físicas devem ser arquivadas apenas quando não houver integração com o XML. Em São Paulo, elas são recebidas digitalmente e encaminhadas à empresa CEDOC, onde são identificadas por mês e unidade de origem. O armazenamento deve respeitar a legislação vigente, com identificação

9





visível e protocolo de recebimento (com nome legível, assinatura, horário e data), conforme formálario de recebimento de arquivo.

O prazo de guarda do documento é de 11 anos, conforme ajuste SINIEF N $^{\circ}$ 2 DE 11/04/2025.

14- ARMAZENAMENTO DE MERCADORIAS

Materiais e medicamentos devem ser armazenados em locais seguros, limpos, ventilados e organizados, protegidos da luz, calor e umidade, conforme a RDC 304/2019, que estabelece os critérios mínimos para garantir as Boas Práticas Farmacêuticas no controle sanitário do funcionamento, dispensação, comercialização de produtos e prestação de serviços em farmácias e drogarias.

Após conferência de lotes e validade, são etiquetados e organizados em ordem alfabética pelo nome genérico (Denominação Comum Brasileira) e separados por forma farmacêutica (comprimidos, pomadas, injetáveis e líquidos). Aplica-se o critério PVPS (primeiro a vencer, primeiro a sair), posicionando os produtos com validade mais próxima na frente.

Medicamentos controlados ficam em armário trancado, organizados por nome, lote e validade. Blisters que precisam unitarização são identificados e guardados até a dispensação. Devem ser mantidos em embalagens originais, protegidos da luz solar e armazenados para evitar quebras.

10



15- LOGÍSTICA INTERNA

15.1- Distribuição entre estoques

A distribuição entre estoques é feita mediante requisição formal. O Almoxarifado e a CAF atendem as farmácias e setores somente mediante requisição.

15.2- Dispensação a Paciente

A dispensação de materiais e medicamentos será realizada exclusivamente mediante prescrição médica. Em situações de urgência, deve-se utilizar os itens disponíveis no carrinho de emergência.

Os sub-estoque, como as maletas e carrinhos de emergência, serão monitorados periodicamente, com controle rigoroso de reposição e devolução de itens não utilizados.

Toda movimentação de materiais será rastreada e documentada, assegurando a transparência do processo e possibilitando o controle efetivo e auditorias conforme as diretrizes institucionais.

16- GESTÃO DE ESTOQUE

A gestão de estoques será orientada por critérios técnicos e operacionais, levando em conta a criticidade dos itens, sua validade, o consumo médio mensal e os níveis mínimos e máximos previamente definidos.

Será adotada a contagem rotativa dos itens, com contagem global dos estoques mensalmente. Instituídos conferências nas movimentações de entradas

11





e saídas, priorizando o controle da validade dos insumos, o risco de obsolescência e o acompanhamento rigoroso de medicamentos sujeitos a controle especial.

A gestão contemplará o controle de qualidade dos insumos, com rastreabilidade total e documentação completa de todo o fluxo logístico, desde o recebimento até o uso final. O mapeamento de riscos e processos será utilizado para identificar possíveis falhas, propor melhorias e promover uma gestão contínua e preventiva, com periodicidade de acordo com Diretriz Institucional da Qualidade Corporativa.

Indicadores operacionais, estratégicos e de gestão de riscos serão monitorados regularmente, permitindo avaliar a eficiência, segurança e uso adequado de recursos.

Essa abordagem integrada busca assegurar um estoque eficiente, seguro, rastreável e alinhado às normas regulatórias e às necessidades da instituição.

O fechamento de estoque, consolidação, deve ocorrer até o quinto dia útil do mês no sistema ERP Salutem.

17- CADASTRO DE PRODUTO

A solicitação de cadastro de novos produtos e a padronização de itens deverão ser feitas mediante formulário específico, conforme modelo estabelecido pelo Comitê de Farmácia e Terapêutica (CFT), respeitando diretrizes institucionais.

A padronização e despadronização de insumos e medicamentos deve ocorrer via comissão de farmácia e terapêutica, com formulário padronizado contendo classe do medicamento, indicação, posologia, tempo de ação, custo, comparativo com itens similares já padronizados, entre outros. Toda solicitação deve ser avaliada quanto à viabilidade clínica e financeira antes da aprovação. Para

12





a realização da solicitação do cadastro, é necessário enviar o formulário que consta no **Anexo I** preenchido.

18- INVENTÁRIO

Inventários serão realizados semestralmente. Diferenças entre o inventário físico e o sistema devem ser analisadas, justificadas e corrigidas, mediante a autorização do departamento de Suprimentos- Corporativo.

19- INDICADORES

Com atuação centralizada na sede, o departamento de Suprimentos Corporativo adota indicadores estratégicos que viabilizam uma análise abrangente e individual do desempenho e da efetividade de suas funções, como por exemplo:

- % de acuracidade de estoque;
- % de acuracidade do inventário;
- % de devolução de materiais e medicamentos;
- % de compras emergenciais;
- % de conformidade atendimento das requisições no prazo;
- % de obsolescência de insumos;
- Taxa de perdas por vencimento ou avaria;
- Giro de estoque;
- Cobertura média de estoque (dias);

20- CANAL DE COMUNICAÇÃO

O departamento de suprimentos e compras (corporativo) disponibiliza canais de comunicação para os fornecedores, sejam já cadastrados ou novos fornecedores.

13





- Site: https://institutodiretrizes.org.br/
- E-mail (suprimentos): supervisao.suprimentos@institutodiretrizes.com.br
- E-mail (compras): gerente.compras@institutodiretrizes.com.br
- Telefones: (11) 4208-3500/ (11) 4191-6961

21- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANVISA. Resolução RDC nº 653, de 24 de março de 2022. Altera a RDC nº 430/2020, estabelecendo requisitos técnicos para transporte de medicamentos, monitoramento, validação térmica e prazos de adequação. D.O.U., 30 mar. 2022.

ANVISA. Resolução RDC nº 304, de 17 de setembro de 2019. Estabelece Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos. D.O.U., 18 set. 2019.

CONFAZ; SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – RFB. Ajuste SINIEF nº 2, de 11 de abril de 2025 estabelece nacionalmente o prazo mínimo de 11 anos (132 meses) para guarda e expurgo dos arquivos XML dos Documentos Fiscais Eletrônicos (DF-e), contados a partir da data de autorização. Os documentos devem permanecer acessíveis, íntegros e com todos os dados preservados. A norma entra em vigor em 1º de maio de 2025

https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=apresentaca o&cod_menu=8499&cod_modulo=293;

https://www.gov.br/ancine/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes-diretoria-colegiada;

https://institutodiretrizes.org.br/documentos-institucionais-politicas-institucionais/;

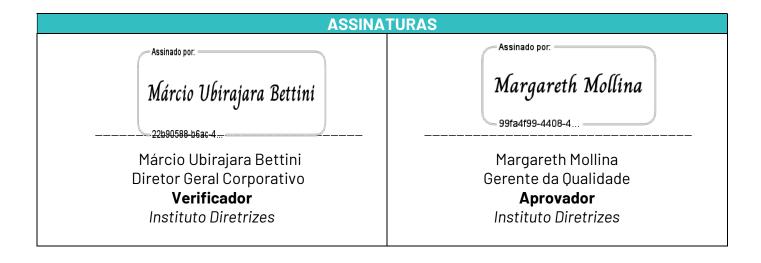
14





https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=47 &data=16/04/2025&captchafield=firstAccess;

HISTÓRICO DE DOCUMENTO			
VERSÃ0	DATA	DESCRIÇÃO DA ALTERAÇÃO	
1.0	22/07/2025	Elaboração do documento	
1.1	18/09/2025	Inclusão do Formulário	



15





22- ANEXOS

ANEXO I- CADASTRO DE PRODUTO

FORMULÁRIO DE PADRONIZAÇÃO / DESPADRONIZAÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES

DESCRIÇÃO DO ITEM:				
1. TIPO () INCLUSÃO () SUBSTITUIÇÃO () EXCLUSÃO				
Data da Solicitação:	//			
Unidade/Setor Solicitante:				
Nome do Solicitante:				
Cargo/Função:				
2. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO				
DCB (Denominação Comum Brasileira) ou DCI (Denominação Comum Internacional)				
Nome Comercial				
Classe Terapêutica / Categoria do Insumo				

1





Concentração / Especificação Técnica			
Concentração / Especimoação recinica			
3. ESQUEMA TERA	PÊUTICO RECOMENDADO		
Dose pediátrica: máx mín	Dose idoso: máx mín		
Dose adulta: máx mín	Dose gestante: máx mín		
4. INDICAÇÃ	O E JUSTIFICATIVA		
Indianação Clípios / Finalidado do Llos			
Indicação Clínica / Finalidade de Uso			
Tempo de Ação ou Duração do Efeito			
Tempo de Ação ou Buração do Ereito			
Justificativa Tácnica para Inclusão			
Justificativa Técnica para Inclusão			
5. ASPECTOS FINANCEIROS			
Custo Estimado Unitário	R\$		
Custo Total Estimado Mensal	R\$		
Disponibilidade de Alternativas no Mercado	□ Sim □ Não		
Produto já possui registro na ANVISA?	□ Sim □ Não (Anexar evidência)		
6. PARECER DO COMITÊ DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA (USO EXCLUSIVO CFT)			
Análise Clínica	□ Aprovado □ Reprovado □ Solicitar Complementação		
Análise Financeira	□ Aprovado □ Reprovado □ Solicitar Complementação		

2





Obcomunaçãos			
Observações			
Data da Reunião CFT	//		
Responsável pela Análise			
Assinatura			
7. CADASTRO DO PRODUTO (USO EXCLUSIVO SUPRIMENTOS)			
Código de cadastro ERP			
Data de Cadastro	//		
Responsável pelo Cadastro			
A ANEWOO ORDIOATÓDICO			

8. ANEXOS OBRIGATÓRIOS

- 6.1 Referências de Estudos Clínicos: Anexar referências bibliográficas pertinentes, publicadas em periódicos científicos nacionais e internacionais, preferencialmente de nível de evidência 1, grau A (revisões sistemáticas, meta-análise ou ensaios clínicos randomizados).
- 6.2 Estudos Farmacoeconômico: caso haja estudos farmacoeconômico, o solicitante deverá anexá-los, preferencialmente custo-efetividade quando comparado com tratamentos já estabelecidos. Deverá apresentar análise crítica do estudo apresentado.
- 6.3 Indicações de Diretrizes e Consensos Nacionais e Internacionais: Caso haja diretrizes e consensos o solicitante deverá informar o nome de cada sociedade de especialistas e recomendações de utilização do produto com nível de evidência.



9. ORIENTAÇÕES GERAIS:

PRAZOS (Tempo para aprovação e reporte ao solicitante do CFT e Corporativo)

A partir do recebimento da CFT o corporativo tem 5 dias úteis para reposta.

INDICAÇÕES SOBRE O PREENCHIMENTO:

- a) A Solicitação de Inclusão, Substituição ou Exclusão no elenco de medicamentos/insumos deverá ser enviada em formato físico ou digital à Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT), conforme protocolo institucional;
- b) Para inclusão ou alteração de indicação terapêutica, todos os campos do formulário (itens 1 a 6) devem ser obrigatoriamente preenchidos e acompanhados dos anexos solicitados;
- c) Solicitações incompletas, com informações inconsistentes ou sem a documentação de suporte (como referências clínicas e farmacoeconômicas), serão devolvidas ao solicitante, interrompendo o prazo de análise;
- d) O propósito desta solicitação e seus anexos é nortear tecnicamente os pareceristas nas decisões de padronização, conforme diretrizes clínicas, evidências científicas e viabilidade financeira;
- e) Importante: Deve-se considerar a padronização de acordo com o atendimento pelo SUS e, quando aplicável, a continuidade da terapêutica dos pacientes em uso do medicamento/insumo solicitado.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/boletim_ISMP_31.pdf

https://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/134/encarte_farmAcia_hospitalar_pb81.pdf

4

org.br



ASSINATURAS	
Nome Completo	Nome Completo
Função	Função
Solicitante	Aprovador
Instituto Diretrizes	Instituto Diretrizes